

CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE

Atenção à Diretoria e aos Acionistas,

Prezados,

Temos a satisfação de compartilhar com V.Sas. o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da **CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.** (CNPJ nº 05.481.823/0001-08) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Este relatório final é o resultado de uma minuciosa auditoria, com o objetivo de oferecer uma visão completa e embasada sobre a situação financeira e patrimonial da Companhia.

Durante os procedimentos de auditoria, enfrentamos desafios significativos que demandaram uma abordagem criteriosa e detalhista. Superar esses desafios reforça nosso compromisso em fornecer informações apropriadas e relevantes.

Acreditamos que nosso relatório em conjunto com as Demonstrações Financeiras a seguir, fornecerá informações valiosas para a compreensão da performance do **CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.** e contribuirá para direcionar futuras estratégias.

A confiança depositada em nosso trabalho é de extrema importância e nos motiva a continuar aprimorando nossos processos e serviços. Portanto, estamos à disposição para esclarecer para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário e comentários da administração.

Atenciosamente,



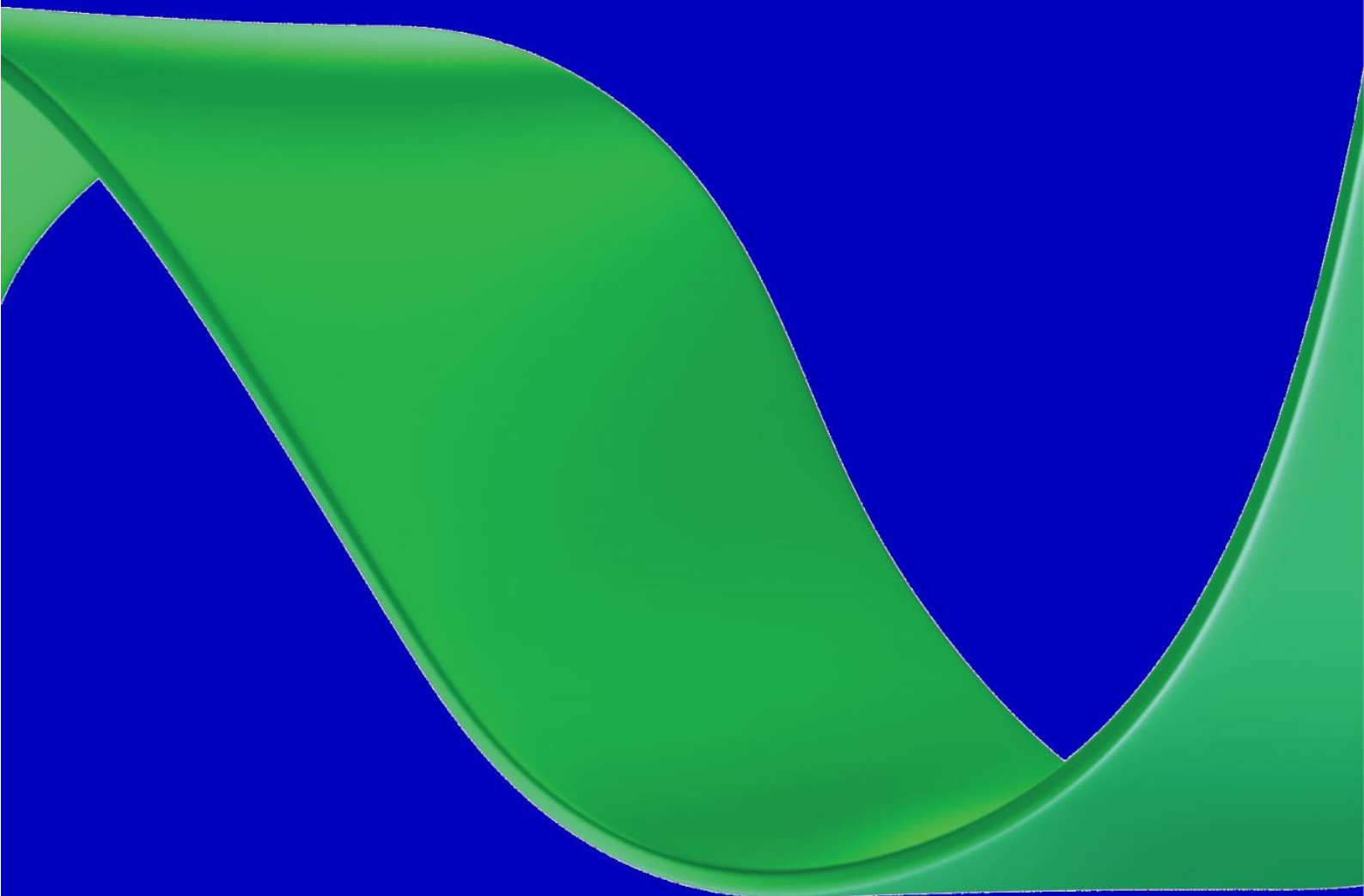
PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

DocuSigned by:
Marcelo Gomes
48CBCEB242A14E3...
Marcelo Gomes de Barros
CTCRC N° 1SP194830/O-0

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

CRB Operações Portuárias S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023



SUMÁRIO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	4
Balço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13
1 Informações gerais	13
2 Aprovação das demonstrações financeiras	13
3 Base de preparação	13
4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	15
5 Gestão de risco financeiro	16
5.1 Gestão de risco financeiro	16
5.2 Risco de liquidez	16
6 Instrumentos financeiros por categoria	16
7 Caixa e equivalentes de caixa	18
8 Aplicações financeiras	19
9 Partes relacionadas	19
10 Imobilizado	20
11 Direito de uso em arrendamento	21
12 Imposto de renda e contribuição social a recolher e diferidos	22
13 Provisões	23
14 Patrimônio líquido	24
15 Receita líquida dos serviços prestados	25
16 Abertura de despesas por natureza	25
17 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26
18 Resultado financeiro, líquido	26

CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.
CE-206-2023.1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração da
CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras do **CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.**, (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o resultado de suas operações e seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de Ênfase

Dependência econômica de Partes Relacionadas

Conforme descrito na Nota explicativa nº 01 às Demonstrações Financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a atividade operacional da Companhia está concentrada no fornecimento de serviços de movimentação portuária e parte totalitária das operações são realizadas por meio de um único cliente. Portanto, as Demonstrações Financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às Demonstrações Financeiras em conjunto.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros - São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2024.



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

DocuSigned by:

Marcelo Gomes

48CBCEB242A14E3...

Marcelo Gomes de Barros
CTCRC N° 1SP194830/O-0

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro

CRB Operações Portuárias S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais



Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7(b)	6.580	5.551	Arrendamentos	11(c)	444	772
Aplicações financeiras	8(b)	1.182	2.833	Fornecedores e outras contas a pagar		158	253
Contas a receber de clientes	9(b)	1.433	1.846	Tributos a recolher		100	115
Tributos a recuperar		273	60	Dividendos a pagar	9(b)	95	95
Outros ativos		10	5				
Total do ativo circulante		9.478	10.295	Total do passivo circulante		797	1.235
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões e depósitos judiciais	13(b)	359	379
Imposto de renda e contribuição social				Arrendamentos	11(c)	3.634	4.095
Diferidos	12(b)	551	360	Total do passivo não circulante		3.993	4.474
Partes relacionadas	9(b)	556	556				
		1.107	916	Total do passivo		4.790	5.709
Imobilizado	10(b)	2.352	2.929	Patrimônio líquido	14		
Direito de uso em arrendamento	11(b)	1.171	1.448	Capital social		8.980	8.980
Total do ativo não circulante		4.630	5.293	Reservas de lucros		328	889
				Ajustes de avaliação patrimonial		10	10
				Total do patrimônio líquido		9.318	9.879
Total do ativo		14.108	15.588	Total do passivo e patrimônio líquido		14.108	15.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2023	2022
Receita líquida de contratos com clientes	15(b)	6.823	7.755
Custo dos serviços prestados	16	(5.698)	(6.957)
Lucro bruto		1.125	798
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(1.587)	(899)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	(871)	113
		(2.458)	(786)
(Prejuízo) lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(1.333)	12
Resultado financeiro líquido			
	18(b)		
Receitas financeiras		1.012	991
Despesas financeiras		(465)	(433)
		547	558
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(786)	570
Imposto de renda e contribuição social	12(b)	225	(170)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(561)	400

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(561)	400
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(561)</u>	<u>400</u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 Em milhares de reais

	Nota	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	De incentivos fiscais	Legal	Retenção				
Em 1º de janeiro de 2022		8.980	9	23	342	10	210	9.574	
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício							400	400	
Constituição de reserva legal	14(a)(iii)			20			(20)		
Dividendos deliberados							(95)	(95)	
Retenção de lucros	14(a)(iii)				495		(495)		
Em 31 de dezembro de 2022		8.980	9	43	837	10		9.879	
Em 1º de janeiro de 2023		8.980	9	43	837	10		9.879	
Resultado abrangente do exercício									
Prejuízo líquido do exercício							(561)	(561)	
Absorção do prejuízo	14(a)(iii)				(561)		561		
Em 31 de dezembro de 2023		8.980	9	43	276	10		9.318	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(786)	570
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10(b)	854	862
Outros componentes do resultado financeiro		362	64
Provisão de processos ambientais	13(b)	1.615	
Demais itens que não afetam caixa		34	35
		2.079	1.531
Decréscimo (Acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		413	(25)
Tributos a recuperar		(213)	(35)
Demais créditos e outros ativos		(5)	
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		(95)	124
Pagamentos de processos ambientais		(1.655)	
Tributos a recolher		10	(10)
Demais obrigações e outros passivos			(118)
Caixa proveniente das operações		534	1.467
Juros recebidos	18(b)	1.006	990
Imposto de renda e contribuição social pagos		(72)	(81)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.468	2.376
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		645	(1.067)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		645	(1.067)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Liquidação de arrendamento	11(c)	(1.084)	(661)
Dividendos pagos			(360)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.084)	(1.021)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		1.029	288
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.551	5.263
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.580	5.551

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receitas			
Serviços prestados	15(b)	7.956	9.044
Outras receitas operacionais	17	(871)	113
		<u>7.085</u>	<u>9.157</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Matérias-primas e outros insumos de produção		(1.720)	(1.451)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	16	(4.296)	(5.384)
		<u>(6.016)</u>	<u>(6.835)</u>
Valor adicionado bruto		<u>1.069</u>	<u>2.322</u>
Depreciação e Amortização	10(b)	(854)	(862)
Valor adicionado líquido produzido		<u>215</u>	<u>1.460</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18(b)	1.012	991
		<u>1.012</u>	<u>991</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.227</u>	<u>2.451</u>
Distribuição do valor adicionado			
Impostos e contribuições			
Federais		736	978
Estaduais		78	80
Municipais		398	452
Diferidos	12(c)	(225)	28
		<u>987</u>	<u>1.538</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	18(b)	465	433
Aluguéis	16	336	80
		<u>801</u>	<u>513</u>
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos pagos			360
Lucros distribuídos e retidos			40
Prejuízo do exercício		(561)	
		<u>(561)</u>	<u>400</u>
Valor adicionado distribuído		<u>1.227</u>	<u>2.451</u>

1 Informações gerais

A CRB Operações Portuárias S.A. ("Companhia"), tem como atividade o arrendamento e operação do terminal de importação de granéis sólidos do Porto de Imbituba, no Estado de Santa Catarina, Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima com sede e foro jurídico na capital do Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia é controlada diretamente pela Calmit Minerações Participação Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Brasil., e a controladora final é a Votorantim S.A. ("VSA"), uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e Estado de São Paulo, Brasil, que constitui a *holding* das empresas Votorantim e é integralmente controlada pela família Ermírio de Moraes.

O contrato de arredamento que dá origem aos direitos de exploração do terminal portuário, identificado pela Companhia Docas de Imbituba com o número 001/2002-CDI, foi assinado em 29 de janeiro de 2003, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC nº 1 – Contratos de Concessão, em função do preço não ser regulamentado pelo poder concedente. Desta forma, não foram efetuados ajustes ou reclassificações nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência deste pronunciamento.

As estruturas portuárias administradas pela Companhia são principalmente utilizadas para a prestação de serviços de elevação de granéis para suas partes relacionadas.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 28 de março de 2023.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios anteriores, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

3.1 Novas normas e interpretações contábeis

3.1.1 Normas e interpretações contábeis adotadas

(a) Alterações no CPC 32 / IAS 12 “Tributos sobre o lucro” – *Single transaction*

A partir de 01 de janeiro de 2023, a Companhia adotou a alteração ao CPC 32 / IAS 12, que exige o reconhecimento de impostos diferidos sobre transações que levam ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo. Isso resulta em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigações de descomissionamento de ativo.

(b) Alteração no CPC 26(R1) / IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis*

A Companhia adotou a partir de 01 de janeiro de 2023 a alteração ao CPC 26(R1) / IAS 1, que requer a divulgação das políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas". A alteração também define o que é considerado "informação de política contábil material" e explica como identificá-la. O IFRS *Practice Statement 2 "Making Materiality Judgements"*, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

Essas mudanças não resultaram em alterações na identificação das políticas contábeis materiais, apenas houve ajuste na nomenclatura.

3.1.2 Normas e interpretações contábeis ainda não adotadas

(a) Outras alterações

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto relevante na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e futuros.

3.1.3 Normas e informações de sustentabilidade ainda não adotadas

Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* (“ISSB”) emitiu suas duas primeiras normas de relatórios de sustentabilidade – IFRS S1 e IFRS S2. No Brasil, a adoção dessas normas foi contemplada por meio da Resolução CFC nº 1.710, de 25 de outubro de 2023, com data de aplicação obrigatória a partir de exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Estas normas contêm requerimentos de divulgação de informações de sustentabilidade, e pretendem promover a consistência, comparabilidade e qualidade dessas informações, desenhadas para atender as necessidades dos investidores e mercados financeiros.

A Companhia está em processo de implementação destas novas normas, de forma a adequar o atual Relatório Integrado aos requerimentos das normas e expectativas dos investidores e mercados financeiros.

3.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$” ou “Reais”).

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir.

4.1 Estimativa de valor justo

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

4.2 *Impairment* de ativo não circulante

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas no valor recuperável (*impairment*), ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (valor líquido de venda) e o seu valor em uso.

O valor em uso é determinado pela projeção de fluxo de caixa operacional livre descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais, com base nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração para os próximos cinco anos. Todas as projeções de mercado são balizadas por relatórios de associações de classe, consultorias econômicas e institutos de pesquisa e estatística.

Quando houver perda identificada, esta é reconhecida no resultado do exercício no grupo de "Outras receitas operacionais, líquidas" pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado perda por *impairment*.

4.3 Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia está sujeita ao pagamento de impostos e contribuições sobre o lucro. São reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente revisados para determinar sua recuperabilidade, considerando o lucro tributável futuro derivado da melhor estimativa da Administração de resultados futuros projetados, que são elaboradas e fundamentadas em premissas e julgamentos internos e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

4.4 Provisões e contingências (Nota 13)

A Companhia é parte em processos de natureza cível e ambiental que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais contra resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso

são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável, e é regularmente atualizada para refletir o valor do desenvolvimento dos litígios.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a determinados riscos financeiros, riscos de mercado (moeda e taxas de juros), riscos de crédito e riscos de liquidez. No entanto, essas atividades são realizadas estritamente com partes relacionadas, considerando as condições de mercado, e a Companhia atualmente não apresenta saldos relevantes a pagar a terceiros.

5.2 Risco de liquidez

	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Arrendamentos		832	936	2.310	4.078
Fornecedores e outras contas a pagar		102			102
Dividendos a pagar	9(b)	151			151
		<u>1.085</u>	<u>936</u>	<u>2.310</u>	<u>4.331</u>
Em 31 de dezembro de 2022					
Arrendamentos		772	1.768	2.327	4.867
Fornecedores e outras contas a pagar		253			253
Dividendos a pagar	9(b)	95			95
		<u>1.120</u>	<u>1.768</u>	<u>2.327</u>	<u>5.215</u>

6 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias:

(i) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não se enquadrarem nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

O *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado.

(c) Composição

				2023
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7(b)		6.580	6.580
Aplicações financeiras	8(b)		1.182	1.182
			<u>7.762</u>	<u>7.762</u>
Contas a receber de clientes	9(b)	1.433		1.433
Partes relacionadas	9(b)	556		556
		<u>1.989</u>		<u>1.989</u>
Passivos				
Arrendamento	11(c)	4.078		4.078
Fornecedores e outras contas a pagar		158		158
		<u>4.236</u>		<u>4.236</u>

				2022
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9(b)		5.551	5.551
Aplicações financeiras	9(b)		2.833	2.833
			<u>8.384</u>	<u>8.384</u>
Contas a receber de clientes	7(b)	1.846		1.846
Partes relacionadas	8(b)	556		556
		<u>2.402</u>		<u>2.402</u>
Passivos				
Arrendamento	11(c)	4.867		4.867
Fornecedores e outras contas a pagar		253		253
		<u>5.120</u>		<u>5.120</u>

(d) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia divulga as mensurações do valor justo por nível de hierarquia dos principais ativos, sendo:

		Valor justo medido com base em		2023
		Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	
	Nota	Nível 1	Nível 2	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7(b)	6.029	551	6.580
Aplicações financeiras	8(b)	1.182		1.182
		<u>7.211</u>	<u>551</u>	<u>7.762</u>

		Valor justo medido com base em		2022
		Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	
	Nota	Nível 1	Nível 2	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7(b)	4.529	1.022	5.551
Aplicações financeiras	8(b)	2.833		2.833
		<u>7.362</u>	<u>1.022</u>	<u>8.384</u>

Os demais instrumentos financeiros não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

7 Caixa e equivalentes de caixa

(a) Práticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Composição

	2023	2022
Moeda nacional		
Caixa e bancos	40	40
Certificado de Depósito Bancário - CDBs	551	1.023
Operações compromissadas - Títulos públicos	5.989	4.488
	<u>6.580</u>	<u>5.551</u>

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa é equivalente a 98,78% a.a. do CDI (31 de dezembro de 2022 – 100,21% a.a. do CDI).

8 Aplicações financeiras

(a) Práticas contábeis

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificadas no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e / ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

(b) Composição

	2023	2022
Moeda nacional		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.182	2.833

A Companhia detém quotas de fundo de investimento exclusivo do Grupo Votorantim, e estas aplicações compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras. A rentabilidade média alocadas em aplicações financeiras é equivalente a 98,78% a.a do CDI (31 de dezembro de 2022 – 100,21% a.a. do CDI).

9 Partes relacionadas

(a) Práticas contábeis

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas, relacionados à prestação de serviços e dividendos.

(b) Composição

	Contas a receber de clientes		Demais ativos		Dividendos a pagar		Vendas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Sociedades controladas								
Votorantim Cimentos S.A.	1.433	1.846					7.957	9.044
Calmit Mineração e Participações Ltda.			556	556	95	95		
	1.433	1.846	556	556	95	95	7.957	9.044

10 Imobilizado

(a) Práticas contábeis

Em 31 de janeiro de 2003, a Companhia celebrou o contrato de arrendamento para a exploração do terminal de granéis sólidos, localizados no porto de Imbituba - SC, com vigência até 2028 como arrendatária. (Nota 11(b)).

O imobilizado registrado refere-se a cessão onerosa decorrente das instalações transferidos ao arrendatário e os investimentos mínimos onde a arrendatária se obriga a concretizar melhorias e benfeitorias necessárias à eficiência das operações decorrente do contrato de arrendamento.

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 17).

A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está apresentada na Nota 5(b).

(b) Composição e movimentação

	2023			2022		
	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Instalações	Total	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Instalações	Total
Saldo no início do exercício						
Custo	5.632	8.820	14.452	5.632	8.820	14.452
Depreciação acumulada	(4.491)	(7.032)	(11.523)	(4.266)	(6.681)	(10.947)
Saldo líquido	1.141	1.788	2.929	1.366	2.139	3.505
Depreciação	(225)	(352)	(577)	(225)	(352)	(577)
Custo	5.632	8.820	14.452	5.632	8.820	14.452
Depreciação acumulada	(4.716)	(7.384)	(12.100)	(4.491)	(7.032)	(11.523)
Saldo líquido no final do exercício	916	1.436	2.352	1.141	1.788	2.929
Taxas médias anuais de amortização - %	4	4		4	4	

11 Direito de uso em arrendamento

(a) Práticas contábeis

A Companhia reconhece na data de início do contrato, um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso.

O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A Companhia não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do serviço prestado ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

(b) Composição e movimentação do ativo de direito de uso

Em 31 de janeiro de 2003 a Companhia celebrou o contrato de arrendamento para a exploração do terminal de granéis sólidos, localizados no porto de Imbituba - SC, com vigência até 2028 como arrendatária.

	2023	2022
Saldo no início do exercício		
Custo	2.588	2.588
Amortização acumulada	(1.140)	(855)
Saldo líquido	<u>1.448</u>	<u>1.733</u>
Amortização	(277)	(285)
Custo	2.588	2.588
Amortização acumulada	(1.417)	(1.140)
Saldo líquido no final do exercício	<u>1.171</u>	<u>1.448</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	11	11

(c) Composição e movimentação do passivo de arrendamento

	2023	2022
Saldo no início do exercício	4.867	5.528
Liquidações	(1.084)	(1.022)
Ajuste a valor presente	295	361
Saldo no final do exercício	<u>4.078</u>	<u>4.867</u>
Circulante	444	772
Não circulante	3.634	4.095
	<u>4.078</u>	<u>4.867</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas serão pagas à Companhia Docas de Imbituba com parcelas fixas e atualizadas pelo INPC, com prazo de 25 anos e vigência até 2028 como arrendatária.

Para o cálculo, a Companhia considerou o fluxo futuro fixos ao arrendador de acordo com os valores e prazos estipulados em contratos e ajustados a valor presente pela taxa de desconto apurada. A taxa de desconto foi calculada considerando a projeção do CDI de 6,40% calculada no início do contrato com prazo de 25 anos e *spread* de 7,13% calculado.

Em 31 de dezembro de 2023, restam 49 parcelas em aberto com os seguintes vencimentos aberto por ano:

Vencimento	2023
2024	832
2025	936
2026	1.049
2027 e 2028	1.261
	4.078

12 Imposto de renda e contribuição social a recolher e diferidos

(a) Práticas contábeis

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e os demais impostos sobre o lucro, registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

O IRPJ e CSLL correntes, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente analisados, em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro estimado, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(b) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação, com base na alíquota nominal brasileira:

	2023	2022
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(786)	570
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	267	(194)
Valor não tributado pelo adicional do imposto de renda (i)		24
Despesas indedutíveis	(42)	
IRPJ e CSLL apurados	225	(170)
Correntes		(125)
Diferidos	225	(45)
IRPJ e CSLL no resultado	225	(170)
Taxa efetiva - %	(28,72)	(29,79)

- (i) Refere-se a não tributação do adicional de 10% do IRPJ, pois a base de cálculo não excedeu ao valor isento do limite anual de R\$ 240.

(c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos ativos

	2023	2022
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	288	57
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	145	
Provisões judiciais	122	129
Arrendamento	(4)	174
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	<u>551</u>	<u>360</u>

(d) Realização dos impostos e contribuições diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL

A recuperabilidade dos saldos de prejuízo fiscal é avaliada anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros da Companhia, sendo reconhecido o imposto diferido ativo somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal de base negativa sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo condizente com as projeções operacionais da Administração. O prazo de realização do saldo é em até 12 meses.

13 Provisões
(a) Práticas contábeis
(i) Provisões de ações judiciais de natureza cível e ambiental

A Companhia é parte em processos em andamento de natureza cível e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais.

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões cíveis e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(b) Composição e movimentação

	2023		
	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	95	284	379
Adições		1.655	1.655
Reversões		(40)	(40)
Liquidações com efeito caixa		(1.655)	(1.655)
Atualização monetária, líquida das reversões	1	19	20
Saldo no final do exercício	<u>96</u>	<u>263</u>	<u>359</u>

	2022		
	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	94	267	361
Atualização monetária, líquida das reversões	1	17	18
Saldo no final do exercício	95	284	379

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Natureza	2023	2022
Ambientais	926	1.011

14 Patrimônio líquido

(a) Práticas contábeis

(i) Capital social

É representado por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos.

(iii) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

(b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 8.980, e composto por 8.980.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

15 Receita líquida dos serviços prestados

(a) Práticas contábeis

A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pelos serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato ou acordo com um cliente e a Companhia que cria direitos e obrigações executáveis; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e este possa ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; (v) as obrigações de desempenho acordadas com a contraparte sejam cumpridas; e (vi) critérios específicos tenham sido atendidos para cada um dos contratos e/ou acordos.

A prática geral da Companhia é reconhecer a receita, e os custos associados quando a entidade satisfaz a obrigação de desempenho:

(i) Contratos com clientes relacionados com o arrendamento e operação do terminal de importação de granéis sólidos, têm como obrigação de desempenho a eficiência e segurança na manipulação e armazenagem dos produtos para os clientes. Dessa forma, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando os serviços de operação portuária são efetivamente prestados, garantindo a integridade e a entrega adequada dos granéis sólidos aos clientes;

(ii) Para serviços específicos dentro da operação portuária que incluem atividades de carga e descarga, armazenagem, e outros serviços logísticos relacionados a obrigação de desempenho, é considerada satisfeita quando os serviços contratados são integralmente realizados. Para contratos de longo prazo, que envolvem a operação contínua do terminal para um cliente específico, a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo, com base na continuidade e eficácia dos serviços prestados durante o período do contrato.

(b) Composição

	2023	2022
Vendas brutas		
Serviços prestados para o mercado brasileiro	7.957	9.044
Impostos sobre os serviços e outras deduções	(1.134)	(1.289)
Receita líquida de contratos com clientes	6.823	7.755

16 Abertura de despesas por natureza

	2023	2022
Despesa com operação portuária	4.296	5.384
Depreciação e amortização	854	862
Utilidades	1.717	1.327
Impostos, taxas e contribuições	78	193
Aluguéis	336	80
Outros	4	11
	7.285	7.857
Reconciliação		
Custo dos serviços prestados	5.698	6.957
Despesas gerais e administrativas	1.587	900
	7.285	7.857

17 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reconhecimento de crédito de ação civil	110	110
Provisões judiciais líquidas	(1.615)	
Outras receitas operacionais, líquidas	634	3
	<u>(871)</u>	<u>113</u>

18 Resultado financeiro, líquido

(a) Práticas contábeis

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receitas e despesas de juros reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos;
- Ganhos e perdas geradas pela remensuração de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Reclassificações de ganhos/perdas líquidas previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

(b) Composição

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.006	990
Juros sobre ativos financeiros	6	1
	<u>1.012</u>	<u>991</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos	(20)	(361)
Ajuste a valor presente de contratos - IFRS 16	(398)	(46)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(47)	(18)
Outras despesas financeiras		(8)
	<u>(465)</u>	<u>(433)</u>
	<u>547</u>	<u>558</u>



VOTORANTIM
cimentos